



**ORDEM DO DIA
PARA A 71ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação - Projeto de decreto legislativo nº 12, de 2014, de autoria da Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento. Considera regulares e aprova as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2013. Parecer nº 1667, de 2014, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 918, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre o fornecimento gratuito de medicamentos biocurativos, que tratam da cicatrização de feridas crônicas. Pareceres nºs 778, 779 e 780, de 2012, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 1673, de 2014, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favorável à emenda.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 13, de 2008, de autoria do deputado Olímpio Gomes e outros. Dispõe sobre o emprego de policiais civis e militares inativos por invalidez em atividades internas das Instituições. Parecer nº 1672, de 2014, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favorável.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 58, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a instituir sistema de pontuação diferenciada em concursos públicos, nas condições e para os candidatos que especifica, e dá providências correlatas. Com substitutivo e emenda. Pareceres nºs 1418, 1419 e 1420, de 2014, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e de relatores especiais pelas Comissões de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrários ao substitutivo e à emenda.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a transformação e a extinção dos cargos de Agente Administrativo Judiciário do Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 48, inciso X, da Constituição Federal e do artigo 19, III, da Constituição do Estado de São Paulo. Com emenda. Pareceres nºs 478 e 479, de 2014, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrários à emenda.

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 295, de 2012, (Autógrafo nº 30046), vetado totalmente, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a criar um Sistema de Integração Metropolitana e entre Metrôpoles de Transporte Coletivo Público para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Campinas e do Aglomerado Urbano de Jundiaí. Pareceres nºs 366 e 367, de 2013, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 822, de 2013, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Dispõe sobre a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de empregos públicos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Parecer nº 1675, de 2014, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Administração Pública, favorável.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 356, de 2014, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivo da Lei nº 10.019, de 1998, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Parecer nº 1671, de 2014, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Meio Ambiente e de Finanças, favorável.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 812, de 2014, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre medidas relacionadas à meia-entrada nos eventos, apresentações e espetáculos artísticos, culturais e esportivos no Estado. Pareceres nºs 1177, 1178 e 1179, de 2014, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação, de Educação e de Finanças, favoráveis.

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 813, de 2010, de autoria do deputado Luciano Batista. Altera a Lei nº 10.876, de 2001, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional em todos os eventos esportivos. Parecer nº 1287, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto com emenda. Parecer nº 1288, de 2013, da Comissão de Assuntos Desportivos, contrário ao projeto e à emenda. Parecer nº 1289, de 2013, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 654, de 2011, de autoria do deputado Samuel Moreira. Restabelece a vigência da Lei nº 997, de 1951, que criou o Conservatório Dramático e Musical de Tatuí. Parecer nº 160, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação, favorável.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 489, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Cartórios informarem aos órgãos de trânsito sobre operações de transferência de propriedade de veículos. Pareceres nºs 862 e 863, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Segurança Pública, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 712, de 2013, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr. Assegura o direito ao parto humanizado nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado. Parecer nº 1302, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1303, de 2014, da Comissão de Saúde, favorável com emenda. Parecer nº 1304, de 2014, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 733, de 2013, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Atendimento ao Ostomizado no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado. Pareceres nºs 770, 771 e 772, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 922, de 2013, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara o samba patrimônio cultural imaterial do Estado. Pareceres nºs 421 e 422, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 167, de 2014, de autoria do deputado Beto Tricoli. Institui a obrigatoriedade de construção de ciclovias ou ciclofaixas em obras viárias executadas ou financiadas com recursos do Orçamento do Estado. Pareceres nºs 1215, 1216 e 1217, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de

Finanças, favoráveis.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 519, de 2014, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do exame denominado emissões otoacústicas evocadas nos hospitais-maternidade do Estado. Pareceres nºs 1546, 1547 e 1548, de 2014, respectivamente das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.